Resultado da_Agenda Legislativa

De 06/05/2024 até 10/05/2024

Congresso Nacional

09/05/2024 – quinta-feira

10:00

Sessão Plenária

Local	Objetivo	Status
Plenário da Câmara dos Deputados	Destinada à deliberação dos Vetos de nºs 46 de 2021; 30, 64 (dispositivos 001 a 043 e 045 a 047) e 65 de 2022; 8 (dispositivos 001 a 002); 9, 14, 17, 18, 26, 35, 36, 37 a 39 a 49 de 2023; 1 a 8 de 2024; dos PLNs nºs 4 e 12 de 2024 e do PRN 2 de 2024.	Encerrada

Proposições em pauta

Ordem: **1**
CN VET 86/2021 - **(ESPECIAL)**
Autor(a): **Presidência da República**
Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei nº 2.108, de 2021 (nº 2.462/1991, na Câmara dos Deputados), que "Acrescenta o Título XII na Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), relativo aos crimes contra o Estado Democrático de Direito; e revoga a Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983 (Lei da Segurança Nacional), e dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais)".
Despachos: PLEN

Resultado:
[Deliberado] Resultado da matéria: Apreciação adiada.

Ordem: **4**
CN VET 65/2022 - **(ESPECIAL)**
Autor(a): **Presidência da República**
Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei nº 1.293, de 2021, que "Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário; institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária, a Comissão Especial de Recursos de Defesa Agropecuária e o Programa de Vigilância em Defesa Agropecuária para Fronteiras Internacionais (Vigifronteiras); altera as Leis nºs 13.996, de 5 de maio de 2020, 9.972, de 25 de maio de 2000, e 8.171, de 17 de janeiro de 1991; e revoga dispositivos dos Decretos-Leis nºs 467, de 13 de fevereiro de 1969, e 917, de 7 de outubro de 1969, e das Leis nºs 6.198, de 26 de dezembro de 1974, 6.446, de 5 de outubro de 1977, 6.894, de 16 de dezembro de 1980, 7.678, de 8 de novembro de 1988, 7.889, de 23 de novembro de 1989, 8.918, de 14 de julho de 1994, 9.972, de 25 de maio de 2000, 10.711, de 5 de agosto de 2003, e 10.831, de 23 de dezembro de 2003".
Despachos: PLEN

Resultado:
[Deliberado] Resultado da matéria: Apreciação adiada.

Ordem: **6**
CN VET 8/2023 - **(ESPECIAL)**
Autor(a): **Presidência da República**
Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2023 (oriundo da MPV nº 1.151/2022), que "Altera a Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, a Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, que dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, e a Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009, que cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima".
Despachos: PLEN

Resultado:
[Deliberado] Resultado da matéria: Apreciação adiada.

Ordem: **7**
CN VET 14/2023 - **(ESPECIAL)**
Autor(a): **Presidência da República**
Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017 (nº 1.825/2022, na Câmara dos Deputados), que "Institui a Lei Geral do Esporte".
Despachos: PLEN

Resultado:
[Deliberado] Resultado da matéria: Mantidos os dispositivos 14.23.99, 14.23.115 e 14.23.117 do Veto nº 14, de 2023. Votação por cédula eletrônica Os vetos rejeitados vão à promulgação. Será feita comunicação à Presidência da República. Objeto da deliberação: Dispositivos 14.23.4, 14.23.54, 14.23.59, 14.23.60, 14.23.65, 14.23.68 a 14.23.98, 14.23.100 a 14.23.108, 14.23.118, 14.23.316, 14.23.318, 14.23.391 e 14.23.392 Resultado: Rejeitados no Senado Federal. Votação nominal: Sim: 0 Não: 54 Abstenção: 0 Presidente: 1 Total: 55 Passa-se à deliberação no Câmara dos Deputados. Objeto da deliberação: Dispositivos 14.23.4, 14.23.54, 14.23.59, 14.23.60, 14.23.65, 14.23.68 a 14.23.98, 14.23.100 a 14.23.108, 14.23.118, 14.23.316, 14.23.318, 14.23.391 e 14.23.392 Resultado: Rejeitados na Câmara dos Deputados. Votação nominal: Sim: 16 Não: 317 Abstenção: 0 Presidente: 1 Total: 354 Os dispositivos vão à promulgação.

Ordem: **9**
CN VET 18/2023 - **(ESPECIAL)**
Autor(a): **Presidência da República**
Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2023 (oriundo da MPV nº 1.162/2023), que "Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 (Lei da Desapropriação), a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei dos Registros Públicos), a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 (Lei do FGTS), a Lei nº 8.677, de 13 de julho de 1993, a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, a Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, a Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), a Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), a Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, a Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), a Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022, e a Lei nº 14.382, de 27 de junho de 2022, e revoga dispositivos da Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021".
Despachos: PLEN

Resultado:
[Deliberado] Resultado da matéria: Apreciação adiada.

Ordem: **16**
CN VET 41/2023 - **(ESPECIAL)**
Autor(a): **Presidência da República**
Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei nº 3.045, de 2022 (nº 4.363/2001, na Câmara dos Deputados), que "Institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, nos termos do inciso XXI do "caput" do art. 22 da Constituição Federal, altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, e revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969".
Despachos: PLEN

Resultado:
[Deliberado] Resultado da matéria: Apreciação adiada.

Ordem: **17**
CN VET 42/2023 - **(ESPECIAL)**
Autor(a): **Presidência da República**
Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei nº 4.173, de 2023, que "Dispõe sobre a tributação de aplicações em fundos de investimento no País e da renda auferida por pessoas físicas residentes no País em aplicações financeiras, entidades controladas e "trusts" no exterior; altera as Leis nºs 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 8.668, de 25 de junho de 1993, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil); revoga dispositivos das Leis nºs 4.728, de 14 de julho de 1965, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 10.426, de 24 de abril de 2002, 10.892, de 13 de julho de 2004, e 11.033, de 21 de dezembro de 2004, do Decreto-Lei nº 2.287, de 23 de julho de 1986, e das Medidas Provisórias nºs 2.189-49, de 23 de agosto de 2001, e 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências".
Despachos: PLEN

Resultado:
[Deliberado] Resultado da matéria: Mantido o dispositivo 42.23.01 do Veto nº 42, de 2023. Votação por cédula eletrônica Será feita a comunicação à Presidência da República.

Ordem: **20**
CN VET 45/2023 - **(ESPECIAL)**
Autor(a): **Presidência da República**
Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei nº 2.757, de 2022, que "Altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e a Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, para dispor sobre a extinção de cláusulas resolutivas constantes de títulos fundiários, e dá outras providências".
Despachos: PLEN

Resultado:
[Deliberado] Resultado da matéria: Rejeitado os dispositivos 45.23.01 a 45.23.09 do Veto nº 45, de 2023. Votação por cédula eletrônica Os dispositivos rejeitados vão à promulgação. Será feita comunicação à Presidência da República.

Ordem: **21**
CN VET 46/2023 - **(ESPECIAL)**
Autor(a): **Presidência da República**
Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei nº 3.954, de 2023, que "Altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), para determinar o modo de disputa fechado nas licitações de obras e serviços que especifica, facultar a adesão de Município a ata de registro de preços licitada por outro ente do mesmo nível federativo, dispor sobre a execução e liquidação do objeto remanescente de contrato administrativo rescindido, permitir a prestação de garantia na forma de título de capitalização e promover a gestão e a aplicação eficientes dos recursos oriundos de convênios e contratos de repasse".
Despachos: PLEN

Resultado:
[Deliberado] Resultado da matéria: Rejeitados os dispositivos 46.23.04 a 46.23.05, 46.23.07 e 46.23.13 do Veto nº 46, de 2023. Votação por cédula eletrônica Os dispositivos rejeitados vão à promulgação. Será feita comunicação à Presidência da República.

Ordem: **22**
CN VET 47/2023 - **(ESPECIAL)**
Autor(a): **Presidência da República**
Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 526, de 1999 (nº 6.299/2002, na Câmara dos Deputados, e desolvido ao Senado como PL nº 1.459/2022), que "Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem, a rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e das embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, de produtos de controle ambiental, de seus produtos técnicos e afins; revoga as Leis nºs 7.802, de 11 de julho de 1989, e 9.974, de 6 de junho de 2000, e partes de anexos das Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 9.782, de 26 de janeiro de 1999".
Despachos: PLEN

Resultado:
[Deliberado] Resultado da matéria: Rejeitados os dispositivos 47.23.01 a 47.23.08 do Veto nº 47, de 2023. Votação por cédula eletrônica Os dispositivos rejeitados vão à promulgação. Será feita comunicação à Presidência da República.

Ordem: **23**
CN VET 48/2023 - **(ESPECIAL)**
Autor(a): **Presidência da República**
Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 332, de 2018 (nº 116/2023, na Câmara dos Deputados), que "Altera a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 (Lei Kandir), para vedar a incidência do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) nos casos de transferência de mercadoria entre estabelecimentos do mesmo contribuinte".
Despachos: PLEN

Resultado:
[Deliberado] Resultado da matéria: Apreciação adiada.

Ordem: **25**
CN VET 1/2024 - **(ESPECIAL)**
Autor(a): **Presidência da República**
Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 4, de 2023, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2024 e dá outras providências".
Despachos: PLEN

Resultado:
[Deliberado] Resultado da matéria: Apreciação adiada.

Ordem: **28**
CN VET 4/2024 - **(ESPECIAL)**
Autor(a): **Presidência da República**
Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 29, de 2023, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024".
Despachos: PLEN

Resultado:
[Deliberado] Objeto da deliberação: Dispositivos 04.24.1 a 04.24.30, 04.24.32 a 04.24.63, 04.24.65, 04.24.69 a 04.24.93, 04.24.95 a 04.24.110, 04.24.112 a 04.24.114, 04.24.116 a 04.24.128, 04.24.131 a 04.24.134 e 04.24.137 a 04.24.142 Resultado: Mantidos na Câmara dos Deputados. Votação nominal: Sim: 279 Não: 34 Abstenção: 0 Total: 313 Os dispositivos deixam de ser submetidos ao Senado Federal. Será feita comunicação ao Senhor Presidente da República. Objeto da deliberação: Dispositivos 04.24.31, 04.24.66, 04.24.67, 04.24.68, 04.24.94, 04.24.111, 04.24.115, 04.24.129, 04.24.130, 04.24.135 e 04.24.136 Resultado: Rejeitados na Câmara dos Deputados. Votação nominal: Sim: 21 Não: 371 Abstenção: 0 Total: 392 Passa-se à deliberação no Senado Federal. Objeto da deliberação: Dispositivos 04.24.31, 04.24.66, 04.24.67, 04.24.68, 04.24.94, 04.24.111, 04.24.115, 04.24.129, 04.24.130, 04.24.135 e 04.24.136 Resultado: Rejeitados no Senado Federal. Votação nominal: Sim: 1 Não: 61 Abstenção: 0 Total: 62 Os dispositivos vão à promulgação.

Ordem: **29**
CN VET 5/2024 - **(ESPECIAL)**
Autor(a): **Presidência da República**
Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei nº 5.206, de 2023 (nº 9.474/2018, na Câmara dos Deputados), que "Institui o marco regulatório do Sistema Nacional de Cultura (SNC), para garantia dos direitos culturais, organizado em regime de colaboração entre os entes federativos para gestão conjunta das políticas públicas de cultura".
Despachos: PLEN

Resultado:
[Deliberado] Resultado da matéria: Mantido o Veto nº 5, de 2024. Votação por cédula eletrônica Será feita comunicação à Presidência da República.

Câmara Dos Deputados

07/05/2024 – terça-feira

10:00 **CVT – Comissão de Viação e Transportes**

Audiência Pública

Local	Objetivo	Status
Anexo II, Plenário 11	Programa Mover – Programa Nacional de Mobilidade Verde e Inovação (MP n. 1.205/2023) (REQ n. 12/2024 CVT, do deputado Alex Santana, subscrito pelo deputado Gilberto Abramo – Presidente da Comissão de Viação e Transportes) Convidados: . MARLON ARRAES JARDIM, Diretor do Departamento de Biocombustíveis da Secretaria Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia; (Confirmado) . ADALBERTO MALUF, Secretário Nacional de Meio Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; (Confirmado) . MARGARETE GANDINI, Diretora do Departamento de Desenvolvimento da Indústria de Alta-Média Complexidade, representando o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; (Confirmada) . HENRY JOSEPH JUNIOR, Diretor de Assuntos Técnicos da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea); (Confirmado) . MARCELLO VON SCHNEIDER, Diretor Institucional, representando o Presidente da BYD Brasil; (Confirmado) . RICARDO BASTOS, Presidente da Associação Brasileira de Veículos Elétricos (ABVE); (Confirmado) . LUCIANO RODRIGUES, Diretor de Inteligência Setorial da União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia (Unica); (Confirmado) . EDISON DA MATTA, Diretor Tributário e Fiscal do Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças). (Confirmado) . LUCIANA SANTOS, Ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação; (não confirmada)	Encerrada (Final)

10:00 **CLP – Comissão de Legislação Participativa**

Seminário

Local	Objetivo	Status
Anexo II, Plenário 03	O Parlamento Brasileiro e as Agendas Ambientais no G20 CONVIDADOS 10h: Abertura Deputada Federal Talíria Petrone (PSOL – RJ), Coordenadora do GT Clima da Frente Parlamentar Ambientalista Deputado Federal Nilto Tatto (PT – SP), Coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista Deputada Federal Célia Xakriabá (PSOL – MG), Coordenadora do GT Juventudes da Frente Parlamentar Ambientalista Deputada Socorro Neri (PP – AC), Coordenadora da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Transição Climática 10h30: Intervenções dos representantes dos Grupos de Trabalho e de Engajamento do G20 Maiara Folly, Diretora Executiva e Co-Fundadora da Plataforma Cipó, representante do Grupo de Engajamento Think Tanks (T20) Marina Marçal, Chefe de Diplomacia e Advocacy para Cidades na C40, representante do Grupo de Engajamento Urban (U20) Ivan Oliveira, Subsecretário de Financiamento ao Desenvolvimento Sustentável do Ministério da Fazenda, Coordenador do Grupo de Trabalho de Finanças Sustentáveis do G20 Claudio Fernandes, Economista na Gestos, representante do Grupo de Engajamento Civil Society (C20) Pedro Ivo Ferraz da Silva – Representante da Força-tarefa para Mobilização Global contra a Mudança do Clima (Itamaraty) Carolina de Almeida Pereira – Geledés – Instituto da Mulher Negra Mariana Barros Barreiras – Assessora especial da Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados Fabrício Côrtes – Assessor de Assuntos Internacionais do Senado Federal, secretário do Grupo de Engajamento Parliament (P20) no Senado	Encerrada (Final)

14:00 **CICS – Comissão de Indústria, Comércio e Serviços**

Reunião Deliberativa

Local	Objetivo	Status
Anexo II, Plenário 05	Discussão e votação de propostas legislativas	Encerrada (Final)
Proposições em pauta		

Ordem: **1**

CD REQ 20/2024 CICS – (DIVERSOS)
Autor(a): Any Ortiz (CIDADANIA/RS)
Requer a realização de audiência pública para debater sobre "Impacto Econômico, competitividade, manutenção de empregos e responsabilidade social", no âmbito desta Comissão relativo ao PL 493/2024.
ORIENTAÇÃO FPA
MONITORAR

Resultado:
Aprovado com subscrição do Deputado Jorge Goetten.

Ordem: **2**

CD REQ 21/2024 CICS – (DIVERSOS)
Autor(a): Any Ortiz (CIDADANIA/RS)
Requer a realização de audiência pública para debater sobre "Impacto Econômico, competitividade, manutenção de empregos e responsabilidade social", no âmbito desta Comissão relativo ao PL 493/2024.
ORIENTAÇÃO FPA
MONITORAR

Resultado:
Aprovado com subscrição do Deputado Jorge Goetten.

Ordem: **3**

CD REQ 22/2024 CICS – (DIVERSOS)
Autor(a): Any Ortiz (CIDADANIA/RS)
Requer a realização de audiência pública para debater sobre "Impacto Econômico, competitividade, manutenção de empregos e responsabilidade social", no âmbito desta Comissão relativo ao PL 493/2024.
ORIENTAÇÃO FPA
MONITORAR

Resultado:
Aprovado com subscrição do Deputado Jorge Goetten.

14:30 **CCJC – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania**
Reunião Deliberativa

Local	Objetivo	Status
Anexo II, Plenário 01	Discussão e votação de propostas legislativas	Encerrada (Final)
Proposições em pauta		

Ordem: **26**

CD PL 8262/2017 – (ORDINARIA)
Autor(a): **André Amaral (PROS/PB)**
Dispõe sobre a retirada de invasores de propriedade privada.
Despachos: CSPCCO -> CCJC -> PLEN
Atual Relator(a): Dr. Victor Linhalis (PODE/ES)

Parecer
Parecer do Relator, Dep. Dr. Victor Linhalis (PODE-ES), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição deste e do Substitutivo da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; e pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação dos Projetos de Lei nºs 10.010/2018, 554/2019, 4.433/2023, 10.140/2018, 942/2019, 5.040/2019, 6.193/2019, 1.090/2023, 3.677/2023, 959/2024, 4.389/2023, 3.589/2021, 1.226/2022, 2.946/2022, 1.052/2023, 1.276/2023, 1.447/2023, 2.108/2023, 2.323/2023, 2.800/2023, 4.370/2023, 1.361/2023 e 1.394/2024, apensados, com substitutivo.

ORIENTAÇÃO FPA
FAVORÁVEL
ARGUMENTAÇÃO
O parecer do relator de nº 7 na CCJC recomenda o não avanço do Projeto de Lei principal, PL 8.262/17, devido ao enunciado da proposição que permite ao proprietário esbulhado solicitar assistência policial para remover os invasores, **desde que** apresente uma escritura pública comprovando a propriedade do imóvel. Nesse sentido, o texto do PL nº 10.010/2018 é mais apropriado, pois permite ao possuidor turbado ou esbulhado manter-se ou restituir-se por sua **própria força**, ou solicitar assistência policial, sem necessidade de ordem judicial, desde que o faça imediatamente e restrinja seus atos de defesa ou desforço ao mínimo necessário para a manutenção ou restituição da posse. Essa flexibilização é fundamentada na necessidade de proteger a posse legítima e assegurar a efetividade do direito, evitando que a burocracia ou entraves legais impeçam a defesa ou a retomada da posse de forma rápida e eficiente Quanto aos vinte e três projetos de leis apensados, tratam de disposições sobre esbulho, questão já bem atendida pelo PL 10.010/18. Portanto somos favoráveis em prosperar o PL 10.010/18 e apensados, na forma do substitutivo pela CCJC.

Resultado:
Votação Nominal, de ofício, do Requerimento de Retirada de Pauta, de autoria dos Deputados Chico Alencar, Túlio Gadêlha, Célia Xakriabá e Fernanda Melchionna. Encaminharam a votação os Deputados Chico Alencar e Victor Linhalis. Prejudicados os Requerimentos de Votação Nominal da Retirada de Pauta, de autoria dos Deputados Chico Alencar, Túlio Gadêlha, Célia Xakriabá e Fernanda Melchionna e do Deputado Patrus Ananias. Prejudicado o Requerimento de Retirada de Pauta, de autoria do Deputado Patrus Ananias. Rejeitado o Requerimento de Retirada de Pauta. Resultado: 3 votos "Sim", 31 votos "Não". Quórum de votação: 34 votos e 11 Obstruções. Lido Novo Parecer pelo Relator Prejudicados os Requerimentos de Adiamento de Discussão, de autoria dos Deputados Patrus Ananias, Vice-Líder da Federação PT-PCdoB-PV, Pedro Campos, Vice-Líder do PSB e Fernanda Melchionna e Célia Xakriabá, Vice-Líderes da Federação PSOL-REDE, em razão da rejeição do Requerimento de Retirada de Pauta, e, por decorrência, prejudicados os Requerimentos de Votação Nominal do Adiamento de Discussão, de autoria dos Deputados Patrus Ananias, Pedro Campos e Chico Alencar. Discutiram a Matéria: Dep. Patrus Ananias (PT-MG) e Dep. Ricardo Salles (PL-SP). Suspensa a Discussão em razão do início da Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados.

Ordem: **84**

CD PL 4720/2016 – (ORDINARIA)
Autor(a): **Jerônimo Goergen (PP/RS)**
Altera a Lei nº 10.823, de 19 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a subvenção econômica ao prêmio do Seguro Rural.
Despachos: CAPADR -> CFT -> CCJC
Atual Relator(a): Sergio Souza (MDB/PR)

Parecer
Parecer do Relator, Dep. Sergio Souza (MDB-PR), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do Substitutivo da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

ORIENTAÇÃO FPA
FAVORÁVEL
ARGUMENTAÇÃO
A instabilidade na execução do orçamento tem sido um problema para o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR). Uma vez que gera incerteza quanto ao recebimento da subvenção prometida, prejudicando as seguradoras e sobrecarregando os agricultores, que acabam arcando com o custo total do prêmio do seguro, em vez de receberem subsídio público. Para corrigir esse impasse, busca-se permitir que os pagamentos da subvenção não precisem ser feitos no mesmo ano em que o seguro é contratado, já que muitas vezes há recursos disponíveis no final do ano. Isso se justifica pelo fato de que, comumente, são disponibilizados montantes significativos de recursos orçamentários para o Programa no final de cada exercício financeiro, seja por meio de descontingenciamentos orçamentários ou pela aprovação de créditos adicionais.

Resultado:
Não deliberado em razão do encerramento da Reunião

Ordem: **85**

CD PL 4451/2019 – (ORDINARIA)
Autor(a): **Marreca Filho (PATRIOTA/MA)**
"Dá nova redação ao caput do artigo 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais".
Despachos: CAPADR -> CCJC
Atual Relator(a): Rubens Pereira Júnior (PT/MA)

Parecer
Parecer do Relator, Dep. Rubens Pereira Júnior (PT-MA), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e da Emenda da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, com substitutivo.

ORIENTAÇÃO FPA
FAVORÁVEL
ARGUMENTAÇÃO
Embora a redução dos espaços agrícolas nos Planos Diretores Municipais busque aumentar a arrecadação municipal por meio do IPTU, ela pode afetar negativamente os agricultores familiares, excluindo-os das políticas de apoio à agricultura. No entanto, é crucial destacar que, segundo o Estatuto da Terra, as propriedades classificadas como **imóveis rurais** continuam elegíveis para os benefícios da Lei 11.326/2006, mesmo em áreas urbanas. Essa definição oferece segurança jurídica para o financiamento da produção agrícola pelo agricultor familiar.

Resultado:
Lido o Parecer do Relator, Deputado Rubens Pereira Júnior, pelo Deputado Bacelar. Retirado de pauta, de ofício, em virtude da ausência do Relator.

Ordem: **88**

CD PL 2168/2021 – (ORDINARIA)
Autor(a): **Jose Mario Schreiner (MDB/GO)**
Altera a Lei 12.651/2012, para considerar como de utilidade pública as obras de infraestrutura de irrigação e dessedentação animal.
Despachos: CAPADR -> CMADS -> CCJC
Atual Relator(a): Coronel Fernanda (PL/MT)

Parecer
Parecer da Relatora, Dep. Coronel Fernanda (PL-MT), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, dos Projetos de Lei nºs 2.673/2021 e 2.853/2021, apensados, e do Substitutivo da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

ORIENTAÇÃO FPA
FAVORÁVEL
ARGUMENTAÇÃO
A redação atual do Código Florestal (Lei nº 12651/2012) só permite intervenções em APPs para obras de **utilidade pública**, de interesse social ou de baixo impacto ambiental. Portanto, o objetivo do projeto é considerar como de utilidade pública, as obras de infraestrutura e dessedentação animal, incluindo barramentos ou represamentos de água que causem intervenção ou supressão da vegetação nativa em áreas de preservação permanente (APP). Isso se deve à dificuldade de construir reservatórios de água para irrigação nessas áreas, o que é um obstáculo para o crescimento da agricultura irrigada no Brasil.

Resultado:
Não deliberado em razão do encerramento da Reunião

15:00 **CPD – Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência**

Reunião Deliberativa

Local	Objetivo	Status
Anexo II, Plenário 13	Discussão e votação de propostas legislativas	Encerrada (Final)

Proposições em pauta

Ordem: **7**

CD PL 3231/2021 – (ORDINARIA)
Autor(a): **Enio Verri (PT/PR)**
Isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) as máquinas e equipamentos agrícolas e tratores, de fabricação nacional ou fabricados em países integrantes do Mercado Comum do Sul (Mercosul), quando adquiridos por pessoas portadoras de deficiência física, visual, mental severa ou profunda, ou autistas, diretamente ou por intermédio de seu representante legal.
Despachos: CAPADR -> CPD -> CFT -> CCJC
Atual Relator(a): Bruno Farias (AVANTE/MG)

Parecer
Parecer do Relator, Dep. Bruno Farias (AVANTE-MG), pela aprovação deste e das Emendas 1 e 2 Adotadas pela Comissão CAPADR, com emenda.

ORIENTAÇÃO FPA
FAVORÁVEL
ARGUMENTAÇÃO
A legislação que isentou o IPI de veículos automotores para pessoas com deficiência foi exitosa em reduzir o custo dos automóveis para essa parcela da população, facilitando sua locomoção e a realização das tarefas do dia a dia. De maneira semelhante, espera-se que a isenção do imposto incidente em tratores, máquinas e equipamentos agrícolas torne-os mais acessíveis e estimule seu uso por pessoas com deficiência. Sendo assim, busca beneficiar as pessoas com deficiência que residem em áreas rurais e necessitam de tratores e equipamentos para o desenvolvimento de suas atividades produtivas. A emenda nº 1 e nº 2 adotadas pela CAPADR, trás uma adequação redacional, substituindo a palavra "veiculo" por "máquina, equipamento ou trator". A emenda nº 3 trás o uso adequado da linguagem inclusa, alterando a termologia "pessoas portadoras de deficiência" por "pessoas com deficiência " que é o correto atualmente.

Resultado:
Retirado de pauta de ofício, por solicitação do Relator.

16:00 **CICS – Comissão de Indústria, Comércio e Serviços**

Audiência Pública

Local	Objetivo	Status
Anexo II, Plenário 05	Os desafios do uso de gás natural no Brasil REQUERIMENTO Nº 4/2024 AUTOR: Deputado Josenildo Convidados: MARCELLO GOMES WEYDT (confirmado) Diretor do Departamento de Gás Natural da Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia – MME CARLOS LEONARDO TEÓFILO DURANS (confirmado) Diretor da Indústria de Insumos da Secretaria de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços – SDIC Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços – MDIC PATRÍCIA HUGUENIN BARAN (confirmada) Diretora Técnica da Agência Nacional do Petróleo – ANP GUILHERME DE BIASI CORDEIRO (confirmado) Coordenador de Acesso à Infraestrutura da Agência Nacional de Petróleo – ANP RICARDO MEDEIROS DE CASTRO (confirmado) Chefe da Assessoria Técnica da Presidência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE ALVARO FERREIRA TUPIASSU (confirmado) Gerente Executivo de Gás e Energia – Petrobras PAULO PEDROSA (confirmado) Presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e Consumidores Livres – Abrace Energia LUCIEN BELMONTE (confirmado) Coordenador Geral do Fórum do Gás – Fórum das Associações Empresariais Pró-Desenvolvimento do Mercado de Gás Natural CELSO MATTOS (confirmado) Sindicato da Indústria da Reparação de Veículos e Acessórios – Sindirepa Brasil RENATA ISFER (confirmada) Presidente Executiva da Associação Brasileira de Biogás – ABiogás MARCELO MENDONÇA (confirmado) Diretor-Técnico Comercial da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado – Abegás PAULO GANIME (confirmado) Ex-Deputado Federal SYLVIE D'APOTE (confirmada) Diretora-executiva de Gás Natual do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás – IBP SÉRGIO GABRIELLI Federação Única dos Petroleiros – FUP	Encerrada (Final)

08/05/2024 – quarta-feira







09/05/2024 – quinta-feira

10:00	**CLP – Comissão de Legislação Participativa**	
Audiência Pública		
Local	Objetivo	Status
Anexo II, Plenário 03	Execução da PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural Expositores: 1 – Marenilson Batista da Silva – Representante do MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar 2 – Ministério da Fazenda 3 – CONTRAF – Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil 4 – Vânia Marques – Secretária de política Agrícola da CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares 5 – Jose Cláudio Fidélis Pereira – Presidente da FASER – Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Assistência Técnica, Extensão Rural e da Pesquisa, do Setor Público Agrícola do Brasil 6 – Natalino Avance de Souza – Presidente da ASBRAER – Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária 7 – Jeferson Coriteac – Presidente da ANATER – Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural 8 – Jaqueline da Luz Ferreira – Instituto Escolhas 9 – Deputado Nilto Tatto – Coordenador da Frente Parlamentar Mista Ambientalista	Encerrada
10:00	**CAPADR – Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural**	
Audiência Pública		
Local	Objetivo	Status

Anexo II, Plenário 06	A política de abastecimento em curso no Brasil Convidados: 1) MILTON FORNAZIERI, secretário de abastecimento, cooperativismo e soberania alimentar (SEAB), do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar – MDA (presença confirmada); 2) SILVIO FARNESE, secretário adjunto substituto do Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA (presença confirmada); 3) SILVIO PORTO, diretor-executivo de política agrícola e informações da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB (presença confirmada); 4) Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares – CONTAG (não participará); 5) FELIPE ÁVILA, diretor técnico-operacional das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S. A. – CEASAMINAS (presença confirmada); 6) Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA; e 7) ÉLIDO BONOMO, presidente do Conselho Federal de Nutricionistas (presença confirmada). (REQ 37/2024 CAPADR, do deputado Padre João – PT/MG)	Encerrada

10/05/2024 – sexta-feira

14:30 **CEPORTOS – Comissão de Juristas com a finalidade de debater e apresentar proposta de revisão do arcabouço legal que regula a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias brasileiro**

Audiência Pública

Local	Objetivo	Status
	Temas Gerais da Atividade Portuária Audiência Pública Temas Gerais da Atividade Portuária Convidados: Robison José Coelho, Secretário Adjunto de Estado de Portos, Aeroportos e Ferrovias de Santa Catarina, em conjunto com Alex Juk, Gerente de Portos (confirmados); Sérgio Rodrigues Alves, Presidente do Conselho Superior da Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina – FACISC (confirmado); Egídio Martorano, Gerente Executivo de Meio Ambiente e Sustentabilidade e Presidente da Câmara de Infraestrutura e Logística, representando a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina – FIESC (confirmado); Antônio Guimarães, Presidente do Sindicato dos Operadores Portuários de Itajaí e Navegantes – SINDOPIN (confirmado); Hugo Raposo, Diretor-Executivo do Sindicato dos Operadores Portuários de São Francisco do Sul – SINPOSF (confirmado); Gilberto Barreto, Presidente do Sindicato dos Operadores Portuários de Imbituba – SINDOP Imbituba (confirmado); Anderson Perez Ribeiro, Vice-Presidente de Comércio Exterior e Logísica da Associação Empresarial de Itajaí – ACII (confirmado); João Ricardo Chaves de Andrade, Vice-Presidente da Associação Empresarial de São Francisco do Sul – ACISFS (confirmado); Alberto Machado, Diretor da Associação Empresarial de Itapoá – ACINI (confirmado); Andréia Leydeane Miranda, Presidente da Associação Empresarial de Imbituba – ACIM, em conjunto com Suzana Gil, Diretora de Assuntos Portuários (confirmadas); Osmari de Castilho Ribas, Diretor da Associação Empresarial de Navegantes – ACIN (confirmado); Eclésio da Silva, Diretor Executivo do Sindicato das Agências de Navegação Marítima e Comissárias de Despachos do Estado de Santa Catarina – SINDASC (confirmado); Paulo Giovani Fabeni, Presidente do Sindicato dos Despachantes Aduaneiros do Estado de Santa Catarina – SINDAESC (confirmado); Rogério Marin, Presidente do Sindicato das Empresas de Comercio Exterior do Estado de Santa Catarina – SINDITRADE (confirmado); Sérgio Paulo Perrucci de Aquino, Presidente da Federação Nacional das Operações Portuárias – FENOP (confirmado); Jesualdo Silva, Diretor-Presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários – ABTP (confirmado); Carlos Kopittke, Presidente da Diretoria Executiva da Associação Brasileira de Terminais de Líquidos – ABTL (confirmado); Murillo Barbosa, Diretor-Presidente da Associação de Terminais Portuários Privados – ATP (confirmado); Caio Morel, Diretor-Executivo da Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres – ABRATEC (confirmado); Claudio Loureiro, Diretor Executivo do Centro Nacional de Navegação Transatlântica – CENTRONAVE (confirmado); Luis Fernando Resano, Diretor-Executivo da Associação Brasileira dos Armadores de Cabotagem – ABAC (confirmado); Henry Uliano Quaresma, Conselheiro da Associação de Comércio Exterior do Brasil – AEB, em conjunto com Aluisio Souza Sobreira, Diretor da AEB (confirmados); Mário Povia, Diretor-Presidente do Instituto Brasileiro de Infraestrutura – IBI (confirmado); Bruno Lobo, Diretor Executivo da Maritime Law Academy (confirmado); Maurício Medeiros de Souza, Gerente Regional de Florianópolis – Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ (confirmado); Osvaldo Agripino de Castro Junior, Advogado da Logística Brasil (confirmado); Marcelo Werner Salles, Presidente do Conselho de Administração da SC Participações e Parcerias S.A. – SC Par (confirmado); e Jorge Roberto Duarte Maia, Relações Públicas da Intersindical Portuária de Itajaí/SC e Presidente do Sindicato dos Vigias Portuários de Itajaí/SC (confirmado). Edital de convocação da Audiência Pública disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/grupos-de-trabalho/57a-legislatura/revisao-legal-exploracao-portos-instalacoes-portuarias/outros-documentos/Edital4APItaja100524.pdf	Em Andamento

17:30 **CEPORTOS – Comissão de Juristas com a finalidade de debater e apresentar proposta de revisão do arcabouço legal que regula a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias brasileiro**

Reunião

Local	Objetivo	Status
	Reunião Mensal Reunião mensal da Comissão	Convocada